



**UFPA**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**ANA CAROLINA DIAS FREITAS**

**MOVIMENTO DE MULHERES OLGA BENÁRIO: SENTIDOS POLÍTICO-  
PEDAGÓGICOS DA OCUPAÇÃO RAYANA ALVES**

**BELÉM**

**2025**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

---

D541m Dias Freitas, Ana Carolina.  
Movimento de mulheres Olga Benário : Sentidos político-  
pedagógicos da Ocupação Rayana Alves / Ana Carolina Dias  
Freitas. — 2025.  
25 f.

Orientador(a): Prof. Dr. Mariateresa Muraca  
Trabalho de Conclusão (Graduação) - Universidade Federal do  
Pará, Instituto de Ciências da Educação, Faculdade de Educação,  
Belém, 2025.

1. Movimento de mulheres Olga Benário. 2. Ocupação  
Rayana Alves. 3. Educação Popular. 4. Feminismo. 5.  
Pesquisa qualitativa. I. Título.

CDD 370.190981

---

**ANA CAROLINA DIAS FREITAS**

**MOVIMENTO DE MULHERES OLGA BENARIO: SENTIDOS POLÍTICOS  
PEDAGÓGICOS DA OCUPAÇÃO RAYANA ALVES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Faculdade de Educação, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

**Orientadora:** Mariateresa Muraca

**BANCA EXAMINADORA**

**Local:** Instituto de Ciências da Educação

**Horário:** 16h00

**Data:** 16/09/2025

---

Profa. Dra. Mariateresa Muraca  
Universidade Federal do Pará

---

Profa. Dra. Nelissa Peralta Bezerra  
Universidade Estadual do Pará

**BELÉM**

**2025**

## AGRADECIMENTOS

Sou sinceramente grata:

À minha amada mãe, Adriana, por ser minha fonte de amor, energia e cuidado incessante em cada etapa desta jornada.

Ao meu estimado pai, Edson, por ter sempre me assistido a sonhar e nunca ter medido esforços para transformar meus sonhos em realidade.

Aos meus irmãos – Eduardo, Felipe, Davi e Ana –, que me fizeram sorrir nos momentos de angústia, me deram o carinho, e foram o principal combustível que me permitiu esperar. Encontro em vocês não apenas apoio, mas um abrigo para a alma, onde posso simplesmente ser.

À minha fiel amiga, Rafaela, que me acolheu, aconselhou e viveu junto a mim todas as emoções e aflições.

A todos os meus tios, tias, primos e primas, amigos, pelo incentivo constante e pelo apoio incondicional em incontáveis momentos.

E, a minha diletta, Marte, por sua bondade, cumplicidade, paixão, e por me amar e admirar tanto. Sua fé em mim me edifica e cativa.

À minha brilhante orientadora, Mariateresa, cuja paciência e dedicação foram fundamentais. Sou eternamente grata por sua maestria em transformar o que parecia uma hidra em uma inofensiva cobra d'água, guiando-me com clareza através do caos.

## RESUMO

Este trabalho investiga os sentidos político-pedagógicos da Ocupação Rayana Alves, criada pelo Movimento de Mulheres Olga Benário em Belém/PA (2022), analisando-a como um território de formação crítica e emancipação feminina. A pesquisa, de natureza qualitativa, baseia-se em entrevistas semiestruturadas com militantes, análise documental e participação reflexiva, focando em três eixos centrais: as atividades da Escola Viva (oficinas de bioconstrução e sustentabilidade), a Horta Urbana (soberania alimentar e educação ambiental) e o Cursinho Pré-ENEM (acesso ao Ensino Superior como direito). Os resultados demonstram que a Ocupação transcende a função de abrigo, constituindo-se como um espaço de organização coletiva, resistência e transformação social, onde mulheres em situação de vulnerabilidade desenvolvem consciência crítica, autonomia e habilidades práticas e políticas. A análise evidencia como o Movimento, através de práticas educativas não formais, enfrenta opressões de gênero, raça e classe, materializando a educação popular e feminista. Conclui-se que a Ocupação Rayana Alves é um exemplo concreto de como a luta coletiva e a educação emancipatória podem construir alternativas contra a violência e a exclusão, plantando sementes para uma sociedade mais justa e igualitária.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>7</b>
<b>2. METODOLOGIA DA PESQUISA.....</b>	<b>8</b>
<b>3. ANÁLISE DOS RESULTADOS.....</b>	<b>9</b>
<b>3.1 “Pela vida das mulheres”: história, lutas e conquistas do Movimento de Mulheres Olga Benário.....</b>	<b>9</b>
<b>3.2 “O movimento de mulheres é um dos mais difíceis de se organizar”: desafios do Movimento.....</b>	<b>11</b>
<b>3.3 “Eu acho que isso é injusto, então, preciso fazer algo”: engajamento no Movimento.....</b>	<b>14</b>
<b>3.4 “Quando a gente ensina e aprende coletivamente, está criando outro jeito de existir no mundo”: a educação popular e emancipatória no Movimento de Mulheres Olga Benário.....</b>	<b>17</b>
<b>3.5 “A Ocupação um espaço que constrói essa educação política pedagógica”: experiências e práticas educativas.....</b>	<b>19</b>
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>24</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>25</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Assim que ingressei na Universidade Federal do Pará, percebi que os esforços que me trouxeram até ali não seriam, nem de longe, suficientes para garantir minha permanência. Diante dos desafios que se apresentavam, surgiu em mim uma necessidade intrínseca de encontrar força e inspiração em mulheres que, como eu, enfrentavam barreiras semelhantes. Essa busca por justiça e por um sentido maior me levou a conhecer o Movimento de Mulheres Olga Benário. Foi a partir desse encontro que pude perceber o compromisso do Movimento em formar criticamente, tanto de um ponto de vista humano quanto profissional, todas as mulheres que se aproximavam de suas lutas.

Foi nesse contexto que nasceu em mim a necessidade de refletir e discutir sobre a importância da Ocupação Rayana Alves, um espaço criado pelo Movimento de Mulheres Olga Benário em Belém do Pará em 2022. Essa ocupação se configura como um ambiente político, formativo e de resistência, que acolhe e fortalece mulheres em suas jornadas de luta e sobrevivência. Um de seus principais objetivos é oferecer abrigo e suporte integral a mulheres vítimas de violência, proporcionando apoio psicossocial e jurídico para que possam reconstruir suas vidas com dignidade e autonomia. Sobretudo, o Movimento incentiva as mulheres a desenvolverem uma consciência crítica sobre suas realidades e a se engajarem na transformação de suas vidas, sendo que – como destaca Muraca (2015):

A confiança que a pedagogia da libertação reserva às oprimidas [...] não é ingênua, mas assume uma dupla consciência: por um lado, experienciar uma concreta situação de opressão não implica necessariamente ter consciência disso; nem o ter consciência se traduz automaticamente na assunção de um compromisso para a mudança da realidade (p. 46).

Assim, o objetivo do meu TCC, elaborado em forma de artigo científico, foi explorar os sentidos político-pedagógicos da Ocupação Rayana Alves enquanto espaço de formação crítica, que promove a autonomia das mulheres acolhidas. Por meio de uma metodologia empírica qualitativa, baseada em entrevistas semiestruturadas, análise documental e participação reflexiva (Muraca, 2015), que apresentarei em detalhes na próxima seção, foquei três atividades protagonizadas pelas mulheres e dirigidas à comunidade: isto é, a Escola Viva, o Cursinho Pré-ENEM e a Horta Urbana. A Escola Viva é uma ação socioambiental de compartilhamento e aprendizagem em sustentabilidade, ecologia e bio-construção. A Horta Urbana nasceu com o intuito de

cultivar alimentos no contexto da Ocupação, proporcionando uma resposta prática e sustentável aos desafios da segurança alimentar e da desconexão entre as pessoas e a produção de alimentos, sendo um espaço que promove a autonomia alimentar, o consumo consciente e a educação ambiental, além de fortalecer os laços comunitários e oferecer uma alternativa econômica e ecológica para o acesso de alimentos saudáveis em espaços urbanos. O Cursinho Pré-ENEM há anos oferta aulas gratuitas para as mulheres que constroem e são abrigadas na Ocupação, preparando-as academicamente para ingressarem no Ensino Superior, mas também reforçando a ideia de que a educação é um direito e uma ferramenta de transformação social.

Ao dissertar sobre a Ocupação Rayana Alves, pretendo destacar sua importância como um espaço de acolhimento, formação e resistência, que não apenas transforma a vida das mulheres que dele participam, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Esse espaço é um exemplo de como a organização coletiva pode ser uma ferramenta poderosa para enfrentar as opressões, combater a violência contra as mulheres e construir um futuro melhor para todas. A Ocupação Rayana Alves, por meio de suas iniciativas como a Escola Viva, o Cursinho Pré-ENEM e a Horta Urbana, demonstra que é possível unir práticas sustentáveis, educação e apoio mútuo para criar um ambiente de transformação e esperança. Esses projetos não apenas atendem às necessidades imediatas das mulheres, mas também plantam sementes para um futuro, onde todas possam viver com dignidade e autonomia.

## **2. METODOLOGIA DA PESQUISA**

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, articulando três técnicas de coleta de dados:

- A análise da documentação permitiu examinar materiais produzidos pelo Movimento Olga Benário (atas, cartilhas, ficha de dados, vídeos e fotos), com o objetivo de estudar profundamente as práticas pedagógicas da Ocupação.
- As entrevistas semiestruturadas, focadas nas histórias de vida e militância de três mulheres, indagaram suas trajetórias, seus aprendizados políticos e os significados atribuídos às práticas da Ocupação (Escola Viva, Horta Urbana e Cursinho Pré-ENEM). O roteiro das entrevistas, elaborado para valorizar a livre expressão de

experiências pessoais e coletivas, baseou-se em alguns tópicos comuns centrais, garantindo assim tanto a abertura para as narrativas quanto a comparabilidade.

- A participação reflexiva, conforme proposto por Muraca (2015), visou valorizar meu envolvimento na luta do Movimento e em suas dinâmicas, possibilitando uma comparação entre as narrativas das entrevistas e minha leitura das práticas político-educativas, além de me posicionar como parte do processo de investigação, reconhecendo seus viés e compromissos éticos.

A triangulação entre essas três dimensões – documental, narrativa e vivencial – tornou possível uma compreensão multidimensional dos sentidos político-pedagógicos da Ocupação Rayana Alves, visibilizando a complexidade e a riqueza do objeto, articulando documentos, vozes e experiência participante numa abordagem coerente e crítica.

### **3. ANÁLISE DOS RESULTADOS**

A coleta e a análise dos dados conduziram à identificação de seis categorias significativas, que serão desenvolvidas nas próximas subseções.

#### **3.1 “Pela vida das mulheres”<sup>1</sup>: história, lutas e conquistas do Movimento de Mulheres Olga Benário**

O Movimento de Mulheres Olga Benário surge com um objetivo claro: tratar, cuidar e curar uma ferida aberta no país e no mundo: a violência contra a mulher. Sua origem remonta a março de 2011, durante a 1ª Conferência Mundial de Mulheres de Base, em Caracas, Venezuela. O evento contou com uma caravana de mulheres de oito Estados brasileiros (PA, CE, PB, PE, AL, RJ, MG e SP). Dessa conferência, emergiram diversas propostas de mulheres de vários países da América Latina sobre como construir políticas mais assertivas e combativas contra as mazelas impostas a elas. Foi dali que surgiu a proposta de criar um movimento revolucionário, classista e marxista, dedicado a lutar pela vida das mulheres no Brasil.

---

<sup>1</sup> Da entrevista com Lana Borges.

Para as mulheres presentes, estava claro que o Brasil já possuía diversos movimentos feministas na época. No entanto, entendia-se que havia uma necessidade pulsante de construir lutas em torno de pautas fundamentais e urgentes, como o acesso à moradia digna, o direito à creche e a existência de centros de acolhimento para vítimas de violência e em situação de vulnerabilidade social. Foi assim que o Movimento de Mulheres Olga Benário passou a existir.

Como detalhado em sua cartilha, foram essas relações internacionais que solidificaram a organização:

O papel dessa delegação foi fundamental dentro da articulação da América Latina, assumindo, entre outros países, a responsabilidade de organizadora da Conferência de Mulheres das Américas, realizada em maio de 2012, em São Bernardo do Campo (SP), com lideranças feministas do Equador, Peru, Venezuela, Colômbia, Chile, Argentina e Uruguai, além de delegações de vários estados brasileiros (Movimento de Mulheres Olga Benário, 2017).

Desde a sua fundação, o Movimento de Mulheres Olga Benário tem como compromisso central organizar e mobilizar as mulheres trabalhadoras, indígenas e estudantes para lutar pelos seus direitos e combater o sistema patriarcal e capitalista, o que se concretiza por meio de uma ação direta e transformadora: a ocupação de prédios abandonados em centros urbanos que não cumprem sua função social. Esses espaços são convertidos em ocupações que funcionam como lar e abrigo, oferecendo não apenas acolhimento, mas também serviços psicossociais e jurídicos – realizados por profissionais apoiadoras – e formação profissional através de cursos e oficinas. A organização dentro dessas comunidades é feita de maneira coletiva, por meio de núcleos formados por trabalhadoras, mães, universitárias e por bairros, garantindo que a luta seja construída verdadeiramente a partir da base. Atualmente, o Movimento mantém 31 ocupações distribuídas pelas cinco regiões do país, incluindo na capital do estado do Pará, Belém, a primeira do Norte do Brasil: a Ocupação Rayana Alves.

Nascida em 15 de agosto de 2022, a Ocupação foi batizada em homenagem a uma das militantes que solidificou o movimento no Estado e que foi perdida na luta contra a opressão, no ano de 2021. Ao homenagear Rayana Alves, o Movimento resgata a memória de uma mulher que dedicou sua vida à luta por justiça e igualdade. Esse gesto não apenas honra sua trajetória, mas também inspira as novas gerações a continuarem sua luta, reforçando a importância de reconhecer e valorizar as histórias de mulheres que foram fundamentais na construção de movimentos sociais.

Através da Ocupação Rayana Alves, o Movimento conseguiu se aproximar e se conectar de forma mais incisiva com as mulheres da região, consolidando suas clássicas lutas. A visibilidade trazida por essa Ocupação também fortaleceu ainda mais a atuação do Movimento nas ruas, por meio de protestos, manifestações e ocupações de secretarias que desrespeitam os direitos das mulheres.

Como ressaltado pela militante Lana Borges<sup>2</sup> (28 anos) em entrevista:

Acho que o Movimento cresceu muito a partir da Ocupação, atendeu muitas mulheres em situações de vulnerabilidade, conseguiu prestar alguns serviços à comunidade, porque foram realizados vários mutirões, atividades de saúde, de educação em saúde, foram feitas várias atividades de educação em si, teve cursinho popular, teve um curso bem completo, enorme, de comunicação, lá na Ocupação, para comunicadores populares<sup>3</sup>.

Fica claro, portanto, que a Ocupação Rayana Alves transcendeu a função de abrigo e tornou-se um catalisador comunitário. Ela materializa a essência do Movimento: não apenas acolhe mulheres em vulnerabilidade, mas também irradia serviços, formação política e poder popular. Mutirões, cursos de saúde e de comunicação popular comprovam que a luta por dignidade é, na verdade, uma trincheira para conquistar autonomia, educar e organizar a classe. A maior vitória não está apenas nos números, mas no crescimento orgânico do Movimento – de raiz forte –, que atrai cada vez mais mulheres e se consolida na consciência coletiva como um farol de luta e solidariedade.

### **3.2 “O movimento de mulheres é um dos mais difíceis de se organizar”<sup>4</sup>: desafios do Movimento**

Historicamente, a jornada de trabalho das mulheres é expressivamente maior que a dos homens. Embora, segundo Hirata e Kergoat (2007), o aumento da força de trabalho feminina seja uma característica predominante na estrutura ocupacional da sociedade contemporânea, as desigualdades entre homens e mulheres ainda persistem. Mas não se trata apenas de uma diferença quantitativa nas horas formais ou informais de trabalho

---

<sup>2</sup> Com base no termo de responsabilidade assinado pelas entrevistadas, mantive seus nomes reais com o intuito de dar visibilidade à sua contribuição na construção do conhecimento científico.

<sup>3</sup> Ao realizar a transcrição das entrevistas, procurei respeitar o estilo oral originário.

<sup>4</sup> Da entrevista com Lana Borges.

assalariado. O cerne da questão reside em uma carga ainda mais desgastante e interminável que recai sobre seus ombros: o trabalho doméstico e de cuidado.

No Brasil, em 2022, as mulheres dedicaram aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos quase o dobro de tempo que os homens: 21,3 horas contra 11,7 horas (IBGE, 2024). Essas atividades, sistematicamente invisibilizadas e não remuneradas, constituem uma segunda e terceira jornada que recai majoritariamente sobre as mulheres. A dupla responsabilidade, em ocupação no mercado de trabalho e no doméstico não remunerado, não apenas consome horas físicas, mas também energia mental e emocional, funcionando como um mecanismo silencioso de opressão que limita sua autonomia, sua participação política e seu acesso ao lazer e à formação.

Essa sobrecarga tem consequências diretas e materiais na vida profissional das mulheres. A divisão do trabalho doméstico no Brasil continua profundamente desigual, com as mulheres assumindo uma carga horária semanal média de afazeres domésticos e cuidados quase duas vezes superior à dos homens (IBGE, 2024). Os dados comprovam isso brutalmente: “em 2022, 28,0% das mulheres estavam ocupadas em tempo parcial (de até 30 horas semanais), quase o dobro (14,4%) do verificado para os homens. [...] Na desagregação espacial, observa-se que as Regiões Norte e Nordeste apresentaram as maiores proporções de mulheres ocupadas em trabalho parcial, 36,9% e 36,5%, respectivamente” (IBGE, 2024, p. 4), escancarando como as desigualdades regionais aprofundam ainda mais essa dinâmica exploratória.

Longe de ser um “dom” ou uma responsabilidade “natural”, essa sobrecarga é uma construção social e econômica do sistema patriarcal, que se beneficia dessa mão de obra gratuita e essencial: o papel da mulher como cuidadora. Romper com essa lógica exploratória não é apenas uma demanda por divisão justa de tarefas, mas uma condição fundamental para a verdadeira libertação e emancipação das mulheres.

Tendo esclarecido o quão superior é a jornada de trabalho das mulheres brasileiras, fica mais claro compreender porque – de acordo com Lana Borges – somos o grupo social mais difícil de se organizar. Em sua entrevista, a militante deixa explícita essa diferença gritante de sobrecarga:

O movimento de mulheres é um dos mais difíceis de se organizar justamente por serem mulheres. [...] Seria muito mais simples, por exemplo, organizar estudantes numa faculdade. Porque, [...] os estudantes, meninos, eles têm mais tempo livre, têm menos sobrecarga dentro de casa. Às vezes, mesmo que seja pai, jovem [...], normalmente, não têm o mesmo peso de responsabilidade que as meninas. Não têm essa pressão, esse cuidado com os irmãos, com os

doentes, com a família, com tarefa doméstica e tal. Então, têm muito mais tempo livre e eles já são criados para tomar a frente nessas questões da sociedade. São criados para ser liderança, são criados para discutir política, para ocupar os espaços públicos, enfim. E as mulheres não.

Nas palavras de Lana, podemos identificar que os espaços de organização e luta não são, nem de longe, as maiores prioridades na rotina das mulheres. Suas vidas são atarefadas, desgastantes e sufocantes – no sentido mais cruel da falta de tempo e disponibilidade. Logo, o compromisso do Movimento de Mulheres Olga Benário de organizar e formar as mulheres da classe trabalhadora para lutar por transformações econômicas, sociais e políticas na sociedade, é tão desafiador e árduo quanto necessário.

De acordo com a Cartilha do Movimento de Mulheres Olga Benário (2017) esse espaço de conquista e aproximação se dá através dos núcleos de base, que podem existir nos locais de trabalho, bairros, escolas e universidades. Esses núcleos se fundamentam em três objetivos estratégicos de maior importância: a organização, a formação e a luta. É nesses territórios do cotidiano, amiudando o cansaço e a sobrecarga, que o Movimento vai tecendo redes de solidariedade e construindo, passo a passo, a consciência de classe e de gênero que visa fazer dessas mulheres as protagonistas de sua própria libertação.

Esse modelo de organização em núcleos de base é a principal estratégia do Movimento para enfrentar o isolamento e a sobrecarga de tempo. Ele opera na lógica do que a socióloga Maria da Glória Gohn (2006) define como processos de educação não-formal, que se caracterizam pela “aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos” (p. 28). Os núcleos funcionam, portanto, como micro-escolas de cidadania ativa, onde a formação política não é um conteúdo abstrato, mas uma ferramenta para resolver, no coletivo, os problemas que são intransponíveis individualmente.

Essa realidade material impõe desafios estruturais à militância. A rotatividade nas atividades é alta, pois as militantes frequentemente precisam se ausentar para dar conta de suas obrigações domésticas. A dificuldade em garantir presença constante em reuniões e ações dificulta a continuidade dos trabalhos de base e a formação de novas lideranças. Diante disso, o Movimento é forçado a se reinventar e criar mecanismos de apoio prático que viabilizem a participação das mulheres. Não por acaso, uma preocupação central em toda reunião é a montagem de um espaço coletivo de cuidado com as crianças, e é comum ver militantes se organizarem para dividir tarefas domésticas umas das outras, garantindo

que todas possam estar presentes. O maior desafio organizativo, portanto, se transforma em uma prática de solidariedade ativa: amortecer coletivamente a sobrecarga que recai individualmente sobre cada mulher. Dessa forma, a luta pela libertação das mulheres começa dentro do próprio Movimento, que é desafiado a praticar internamente a transformação que prega para toda a sociedade.

Dessa forma, a fala da militante Lana Borges, ao explicitar a dificuldade imposta pela tripla jornada, não serve apenas para denunciar um problema, mas para evidenciar a necessidade e a genialidade das estratégias de solidariedade ativa criadas pelo Movimento. O cuidado coletivo das crianças e a divisão de tarefas durante as reuniões não são meros expedientes logísticos; são a materialização de uma pedagogia política. Essa prática concretiza o princípio freiriano (Freire, 2013) de que a educação verdadeira se dá na práxis, na ação-reflexão coletiva sobre o mundo para transformá-lo. Ao socializar o trabalho de cuidado, que é a base da opressão, o Movimento de Mulheres Olga Benário pratica internamente a superação do patriarcado e demonstra que a libertação das mulheres é um projeto coletivo ou não será.

### **3.3 “Eu acho que isso é injusto, então, preciso fazer algo”<sup>5</sup>: engajamento no Movimento**

“A ideia de lutar por algo, sabe? Isso me marca. A ideia de que eu preciso fazer algo. Eu acho que isso está errado. Eu acho que isso não deve ser assim. Eu acho que isso é desigual. Eu acho que isso é injusto. Então, eu preciso fazer algo.” O impulso íntimo descrito por Elcione Silva (29 anos) diante da injustiça é, frequentemente, a centelha que motiva, empurra e direciona as mulheres para a organização social. O que as move é mais do que uma ideia abstrata; é a esperança concreta de que, coletivamente, será possível construir as respostas que tanto anseiam e necessitam e que sozinhas não poderiam alcançar. É crucial entender que “a assunção do compromisso, que implica o engajamento, só se faz, autenticamente, quando o seu sujeito se insere no mundo das relações com os outros e com a realidade, de forma crítica” (FREIRE, 2013, p. 12). Esse primeiro passo, motivado pela indignação, é o início de um caminho que se fará junto com outras.

---

<sup>5</sup> Da entrevista com Elcione Silva.

Essa motivação não emerge do vazio. Ela é uma reação visceral a um cenário de opressão estrutural e abandono estatal. Segundo uma matéria recente do jornal *A Verdade* (2025), as pautas que levam as mulheres a se organizarem são claras, urgentes e profundamente materiais. O Movimento de Mulheres Olga Benário, presente em 21 Estados brasileiros e no Distrito Federal e responsável por mais de 31 ocupações, é a expressão organizada dessa revolta. Nele, a conscientização “não é uma premissa para a transformação da realidade, nem se reduz a uma atitude intelectual diante do mundo; ao invés disso, se realiza na dinâmica de ação e reflexão” (FREIRE, 1967, p. 107) que caracteriza o compromisso militante, canalizando a revolta para lutas concretas.

O Movimento de Mulheres Olga Benário opera, portanto, como uma mediação fundamental entre a indignação individual e a ação coletiva eficaz. Ele oferece um caminho para que o “preciso fazer algo” não se perca no desespero ou na impotência, mas se converta em prática política organizada. É nesse espaço que a revolta se transforma em projeto, e a solidão da mulher frente à violência e à desigualdade dá lugar à força do coletivo. O Movimento entende que, como afirma a teórica Maria da Glória Gohn, a educação não-formal nos movimentos sociais diz respeito à “aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos [... e à] capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades” (Gohn, 2018, p. 107). Sua atuação, portanto, é pedagógica: ele educa para a cidadania ativa e para a autonomia.

Os dados, contudo, escancaram a brutalidade do sistema que essas mulheres se propuseram a combater. Mais de 2 milhões de crianças não têm acesso à creche pública (IBGE, 2024), um número que traduz, na prática, a negação do direito das mulheres ao trabalho e à autonomia financeira, reforçando seu confinamento ao espaço doméstico. Na ponta mais cruel dessa desigualdade, o Brasil segue batendo recordes de feminicídios. Em 2024, 21 milhões de mulheres sofreram algum tipo de violência, das quais 5,3 milhões foram vítimas de violência sexual, e as crianças permanecem como as principais vítimas de estupro no país (FBSP, 2025).

Frente a esse cenário de barbárie, aquele impulso inicial de Elcione Silva – “preciso fazer algo” – revela toda a sua profundidade e potencial transformador. Ele é o primeiro passo rumo à compreensão de que a injustiça não é um evento isolado, mas sim parte de uma estrutura que deve ser combatida de forma organizada e coletiva. É um caminho que, como evidência Muraca (2015), “não tem um único início, mas se nutre de

diferentes passagens: fases de maior envolvimento seguidas por períodos de afastamento” (p. 195), devido às exigências da vida, mas que é sustentado pela “alegria [...] que expressa a sensação de viver uma transcendência cheia de materialidade” (ivi, p. 198) de saber que a luta deixa um legado. Por isso, organizar mais mulheres deixa de ser uma opção e se torna uma urgência inadiável. Só com luta coletiva e solidariedade de classe será possível defender os direitos conquistados e avançar, de forma irreversível, rumo à transformação radical da sociedade.

Dessa forma, o percurso de Elcione Silva – e de tantas outras mulheres – exemplifica a Pedagogia do oprimido de Paulo Freire em ação. O movimento acolhe a leitura de mundo da mulher que identificam a injustiça (“Eu acho que isso é injusto”) e as ajuda a decodificá-la criticamente, indagando suas causas estruturais. Em seguida, propõe uma leitura da palavra mundo através da formação política e, por fim, instrumentaliza essa nova consciência para a ação transformadora (“então, preciso fazer algo”). A “alegria” mencionada por Muraca (2015) não é um sentimento superficial; é a alegria política que nasce da práxis, da constatação de que o desejo de transformação envolve outras pessoas e se projeta no mundo, provocando efeitos. O Movimento, assim, não só canaliza a revolta, mas também cultiva a esperança ativa que sustenta a longa e árdua caminhada da transformação social.

### **3.4 “Quando a gente ensina e aprende coletivamente, está criando outro jeito de existir no mundo”<sup>6</sup>: a educação popular e emancipatória no Movimento de Mulheres Olga Benário**

Um dos pilares centrais das ocupações urbanas promovidas pelo Movimento de Mulheres Olga Benário é a formação política e o acolhimento emancipatório de suas militantes e mulheres em situação de vulnerabilidade. Compreender a essencialidade de espaços como a Ocupação Rayana Alves vai além da luta por moradia; trata-se de reconhecê-la como um território educativo onde se pratica diariamente uma pedagogia capaz de romper com os ciclos de opressão alimentados pela dependência econômica.

A urgência dessa prática é explicitada por um cenário de extrema violência e desigualdade. Entre 2020 e 2021, o Brasil registrou cerca de 1.300 feminicídios anuais, sendo 67% das vítimas mulheres negras – grupo que teve um aumento de 45% nesse

---

<sup>6</sup> Da entrevista com Lana Borges.

crime entre 2000 e 2020 (FBSP, 2025). A maioria (70%) estava em idade reprodutiva (18 a 44 anos), fase em que a conquista da independência financeira é mais difícil. Essa vulnerabilidade é intencionalmente construída: as mulheres, sobretudo as negras e mães, são empurradas para a informalidade e a precarização, arcam com o dobro do trabalho doméstico não remunerado e, mesmo sendo mais escolarizadas, ganham 22% menos que os homens. Não à toa, das 73 milhões de mulheres clientes da Caixa, 66 milhões vivem com até R\$ 2 mil por mês, e das 21 milhões de famílias no Bolsa Família, 17 milhões são chefiadas por mulheres. Conforme a pesquisa *Visível e Invisível* (FBSP, 2025), 25,3% das mulheres não denunciam seus agressores devido à dependência financeira. Essa não é uma escolha individual, mas o resultado de uma política de aviltamento sistemática.

Essa vulnerabilidade é intencionalmente construída e mantida por mecanismos concretos de exclusão. Como denuncia a Cartilha do Movimento de Mulheres Olga Benário (2017), a batalha começa com a maternidade. Apesar de a CLT garantir o direito a creches custeadas pelas empresas para mulheres com mais de 16 anos, “raramente são cumpridas pelos patrões” (Movimento de Mulheres Olga Benário, 2017). Este descaso força uma escolha brutal: interromper o processo de amamentação dos seus filhos ou abandonar o emprego para continuar amamentando.

O problema se agrava com a escassez de vagas. As creches públicas, quando existem, só aceitam crianças a partir dos seis meses, empurrando as mães para a rede privada, de custo proibitivo, ou para a sobrecarga de “familiares mulheres (avós, tias, irmãs, etc.)” (Movimento de Mulheres Olga Benario, 2017), reproduzindo internamente a divisão sexual do trabalho. Aquelas que tentam se reinserir no mercado se deparam com um muro de rejeição, conforme o IBGE (2024, p. 48), a taxa de ocupação das mulheres com filhos de até 3 anos de idade (54,6%) é muito inferior à daquelas sem filhos (67,2%) em 2022, evidenciando a penalização materna no acesso ao emprego. Essa lógica perversa confirma que, no capitalismo, a maternidade é penalizada como um ônus para a produtividade.

É frente a essa barbárie estrutural que a atuação do Movimento se revela como uma trincheira de contraposição prática. Ele age nas duas pontas do problema: denunciando a estrutura e criando alternativas concretas. Nas palavras da coordenadora estadual, Carol Martins (27 anos), a Ocupação é um laboratório de novas possibilidades: “Olha, essas atividades e reuniões [...] mostraram uma coisa importante: é possível aprender – e aprender juntos. [...] o mais valioso foi descobrir na prática o que

é viver em coletividade”. Esse relato vai ao encontro da teoria da socióloga Maria da Glória Gohn (2006), para quem a educação nos movimentos sociais opera uma ruptura radical com o modelo tradicional. Como afirma a autora:

Falar da existência de um processo educativo no interior de processos que se desenvolvem fora dos canais institucionais escolares implica em ter, como pressuposto básico, uma concepção de educação que não se restringe ao aprendizado de conteúdos específicos transmitidos através de técnicas e instrumentos do processo pedagógico (p. 28).

A educação que se pratica na Ocupação é um processo de formação humana, criativo e de aquisição de saberes, onde é fazendo que se aprende. A experiência tem papel importante. As oficinas de formação profissional, os mutirões e as creches comunitárias são o currículo vivo dessa pedagogia, que oferece a alternativa concreta reclamada pelos especialistas: serviços públicos de cuidado para liberar o tempo das mulheres e ferramentas reais de autonomia econômica.

Esse projeto educacional não é neutro. Ele se insere em uma luta histórica, como explica Gohn (1999): “À medida que o capitalismo se consolida, as lutas sociais vão deixando de ser apenas pela subsistência e surgem concepções alternativas dos direitos” (p. 13). O Movimento de Mulheres Olga Benário, ao oferecer creches, cursos e um espaço de convívio coletivo, está construindo na prática uma concepção alternativa de direito à cidade, à educação e à vida sem violência, enfrentando a lógica individualista com a divisão comunitária de tarefas.

A grande lição que emana dessa experiência é sintetizada por Carol Martins: “Quando a gente ensina e aprende coletivamente, a gente não tá só passando informação, tá criando outro jeito de existir no mundo”. Esta fala é a materialização do que Gohn (2018) define como a intencionalidade da educação não-formal, que se diferencia da educação informal justamente por possuir um projeto político claro: o de formar sujeitos autônomos e críticos, capazes de transformar sua própria realidade e, assim, pavimentar coletivamente o caminho para uma sociedade verdadeiramente livre e socialista, onde a autonomia econômica das mulheres seja a base real para o fim da violência.

É por isso que a luta do Movimento de Mulheres Olga Benário por creches não é uma pauta acessória, mas estratégica e revolucionária. Como afirma sua cartilha (2017), “a sociedade capitalista se mantém através da exploração da classe trabalhadora e um de seus pilares é a exploração e o controle da vida da mulher” (p. 7). Garantir creches

públicas, de qualidade e próximas aos locais de trabalho e estudo é mais do que um serviço; é arrancar das mãos da burguesia uma das suas principais ferramentas de opressão e controle.

Ao transformar a Ocupação em um espaço onde o cuidado é coletivizado, o Movimento pratica a transformação que prega. Ele não apenas permite que as mulheres respirem e estudem, mas demonstra na prática que “quem pariu Matheus não é só a mãe, mas toda a sociedade, que deve se responsabilizar coletivamente por embalá-lo”. Dessa forma, a luta por creches se revela como um eixo fundamental para romper o ciclo de dependência econômica e violência, construindo as bases materiais para a verdadeira emancipação das mulheres.

### **3.5 “A Ocupação um espaço que constrói essa educação política pedagógica”<sup>7</sup>: experiências e práticas educativas**

O Movimento de Mulheres Olga Benário utiliza a Ocupação Rayana Alves muito além de sua função de abrigo. Ela é um território pedagógico vivo, um laboratório de educação não-formal onde se pratica diariamente uma pedagogia anticapitalista e emancipatória. Este espaço opera na contramão da lógica institucionalista, criando e valorizando saberes frequentemente marginalizados pelos currículos formais, como a educação ambiental, a bioconstrução e uma leitura crítica dos direitos.

Como afirma Paulo Freire (1979), “educar é um ato político” (p. 10), e é essa premissa que rege a Ocupação. Ela se constitui como um ambiente fértil para a formação do “ser social” – aquele que, segundo Freire (1979), “se faz na ação e na reflexão, que é práxis. E é transformando o mundo que os homens transformam a si mesmos, tornando-se mais” –, longe de ser “ajustado à sociedade vigente convertendo-o em cidadão útil e membro subserviente da ordem capitalista” (Saviani, 2013, p. 87). Nesse espaço, a prática educativa alinha-se perfeitamente à conceituação de Maria da Glória Gohn (2006) para quem a educação não-formal engloba dimensões como “a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos, a capacitação para o trabalho e o exercício de práticas comunitárias para solução de problemas coletivos” (p. 107).

---

<sup>7</sup> Da entrevista com Lana Borges.

A fala da militante Carol Martins corrobora essa transformação interior ao afirmar: “Olha, eu tinha muita, muita dificuldade com filosofia... Quando eu cheguei no movimento social, eu vi que era totalmente o contrário. [...] foi muito mais tranquilo, consegui de uma maneira muito mais fácil relacionar com o meu dia a dia”. Este depoimento ilustra a eficácia da pedagogia aplicada, que torna conceitos complexos acessíveis ao relacioná-los diretamente com a realidade vivida pelas mulheres. Três experiências concretas exemplificam como essa educação política se materializa, articulando formação crítica, autonomia e sustentabilidade: o Cursinho Pré-ENEM, a Horta Urbana e a Escola Viva.

Como explica Carol Martins, o Cursinho Pré-ENEM surgiu, em parceria com a Universidade Popular (UNIPOP), para “fortalecer essas pessoas – maioria pobre, de áreas afastadas, que não teriam condições de pagar” um curso preparatório. Oferecendo não apenas aulas semanais, mas também lanche e transporte, o curso quebra as barreiras materiais que excluem os pobres do Ensino Superior. É a aplicação prática de uma educação que, nas palavras de Gohn (2018), “capacita os indivíduos para o trabalho [... e os possibilita fazerem uma leitura do mundo” (p.17).

Coordenada inicialmente por uma voluntária, funcionária da EMPRAPA, a **Horta Urbana** é um projeto de resistência agroecológica e soberania alimentar. Ele vai além do plantio: é uma aula contínua sobre solo, compostagem e cultivo, ensinando as mulheres a transformarem seus quintais em espaços produtivos. Carol Martins relata o desafio: “Ter horta urbana é um desafio – o solo nem sempre é bom –, mas faz toda diferença: ajuda na economia da Ocupação e na alimentação das moradoras”. Num contexto de crise climática, como destaca Lana Borges, popularizar esse conhecimento é crucial: “Muito importante, até mesmo porque a crise climática que está se aproximando vai atingir essas pessoas muito mais”.

As oficinas de bioconstrução com a Escola Viva em movimento é talvez a experiência que melhor simboliza a fusão entre educação, sustentabilidade e solução prática de problemas. Liderada pela artista Silvana Palha, ensina a “transformar lixo em arte, moradias e consciência ambiental” (Nunes, 2025). A proposta é “reflorestar mentes” através de oficinas que transformam garrafas PET, pneus e banners em móveis e até mesmo em eco tijolos para construção – técnica que Silvana usou para erguer sua própria casa, armazenando mais de 300 mil sacolinhas plásticas em suas paredes. Lana Borges vê na bioconstrução uma genialidade política e ecológica:

Você consegue encontrar uma solução para dois problemas. Um problema, falta de moradia. E outro problema, lixo... E principalmente hoje, que a gente vê [...] tem vários lixões... a gente tem que falar em racismo ambiental. Enfim, obviamente que esse lixão não está sendo jogado na área de gente rica.

Ela conecta a técnica diretamente com a luta contra a injustiça ambiental, que atinge predominantemente as periferias. A coordenadora estadual, Carol Martins, descreve o resultado prático dessa parceria: “Deram uma oficina ensinando a usar materiais recicláveis... A gente juntou um monte de material, eles voltaram pra outra oficina e ajudaram a construir os bancos que usamos aqui hoje. Foi uma troca muito boa!”.

O que todas essas atividades compartilham é um método pedagógico popular, descrito por Carol Martins: “Não precisa ter uma fala bonita. Não precisa fazer prova. Acho que você vai na prática, pega o material, constrói, deixa do jeito que você consegue”. É uma educação feita de troca, respeito ao ritmo subjetivo e solidariedade recíproca.

Portanto, a Ocupação Rayana Alves se consolida como um projeto político-pedagógico em ação. Ela é o palco onde se aprende na e para a prática, onde a educação deixa de ser um instrumento de ajustamento e se torna, como preconizava Saviani (2013), uma força humanizadora, problematizadora e emancipadora. Ao integrar formação cidadã, profissional e crítica, o Movimento não apenas prepara as mulheres para ingressar no mercado de trabalho, mas as armazena com as ferramentas necessárias para transformar a sociedade que as oprime. Como afirma ainda Carol Martins, através da Escola, elas não aprendem apenas conteúdos; aprendem, na prática, a “criar outro jeito de existir no mundo”.

### **3.5.6 “Os movimentos romperam com o status quo da universidade elitizada”<sup>8</sup>: a luta popular pelo direito à educação formal**

Desde sua gênese, a universidade brasileira foi concebida como uma instituição para servir a um grupo social específico: homens brancos e abastados. Como demonstra a historiografia, este não era, de forma alguma, um espaço destinado a ser ocupado por quem fugisse desse padrão. O investimento em educação no período colonial foi deliberadamente negado, preparando apenas os filhos da elite para darem continuidade aos estudos em Portugal, na Universidade de Coimbra, enquanto restava à população

---

<sup>8</sup> Da entrevista com Carol Martins.

nativa um “processo educacional básico e doutrinal” (Cunha, 2000, p. 152). Portugal intentava, assim, impedir que os estudos universitários fossem coadjuvantes de movimentos independentistas.

Desde a criação das primeiras faculdades no Brasil no século XIX, a estrutura do Ensino Superior permaneceu profundamente excludente. A implementação dos exames vestibulares, a partir das reformas educacionais da década de 1910, longe de democratizar o acesso, resultou na intensificação de uma estrutura de privilégios e na elitização do Ensino Superior. Dessa forma, a universidade consolidou-se como uma política de privilégios, destinada a formar a elite dirigente do país – aqueles que se tornariam políticos, presidentes e deputados.

Para mudar radicalmente esse cenário, foram necessárias décadas de luta e organização popular intensa. Cotas, meia-passagem e restaurantes universitários não são concessões benignas do Estado; são conquistas arrancadas na marra pelo movimento estudantil e por movimentos sociais. São estes que forçaram a universidade a abrir suas portas e a “quebrar aquela educação tradicional”, criando uma instituição “mais plural, admitindo mais pessoas de baixa renda, mais pessoas que viram de uma realidade mais humilde, pessoas LGBT” segundo Lana Borges.

É nesse contexto de disputa por um projeto educacional popular que se insere a atuação do Movimento de Mulheres Olga Benário. O Movimento rompe com o estigma da universidade como um clube fechado e cria, dentro desses espaços, núcleos e atividades que desafiam as políticas excludentes. Sua atuação evidencia a necessidade pulsante de outras formações – que trabalhem os direitos da mulher, que tenham como pauta o combate à violência, que falem sobre agroecologia – rompendo com o ciclo seletivo da educação tradicional.

A fala da militante Lana Borges corrobora essa análise, ao refletir sobre o poder transformador dos movimentos:

Eu, por exemplo, cursei Relações Internacionais em universidade privada, mas tive professores que traziam essa perspectiva crítica. Pude conhecer autores decoloniais, pensadores amazônicos, até socialistas – e isso só foi possível porque movimentos estudantis romperam com aquele status quo da universidade elitizada.

Ela destaca que essa transformação “não veio de graça: foram ocupações, protestos e muita pressão para que a universidade deixasse de ser só um espaço dos filhos da elite e virasse, de verdade, um lugar de conhecimento plural”.

Dessa forma, a relação do Movimento de Mulheres Olga Benário com a universidade é dialética: ele denuncia a histórica função excludente da instituição e a ocupa como um território estratégico para formar militantes e amplificar lutas. A universidade, que um dia foi o símbolo máximo da exclusão, torna-se, através da pressão popular, uma trincheira onde se ensaia um novo projeto de educação – não para formar a elite, mas para armar o povo com o conhecimento necessário para sua libertação. As conquistas estão longe de ser consolidadas, mas a brecha foi aberta, e por ela entram aqueles que foram, por séculos, mantidos nos “quartos de despejo” da história nacional e mundial.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este artigo é fruto de uma pesquisa qualitativa, baseada em entrevistas semiestruturadas, análise documental e participação reflexiva. Nele tentei explorar os sentidos político-pedagógicos da Ocupação Rayana Alves, criada pelo Movimento Olga Benário em Belém do Pará em 2022. As falas das militantes entrevistadas, bem como os documentos examinados e meu próprio envolvimento crítico no Movimento mostram que a Ocupação constitui um espaço onde as mulheres podem se organizar coletivamente, compartilhar experiências e construir estratégias para enfrentar as opressões que permeiam suas vidas. Ela se torna um símbolo de resistência contra as desigualdades de gênero, raça e classe, oferecendo suporte emocional e prático para aquelas que muitas vezes se veem excluídas dos espaços de poder e decisão. Como afirma Muraca (2015),

A mudança social, mesmo implicando um compromisso em primeira pessoa, não pode ser produzida pelos esforços individuais; ao contrário, exige a organização dos oprimidos e das oprimidas em associações, partidos, sindicatos e, especialmente, em movimentos sociais. Disso provém a centralidade dos movimentos enquanto protagonistas político-pedagógicos dos processos de transformação da realidade (p. 48).

Essa ideia se reflete no trabalho da Ocupação Rayana Alves, que não apenas acolhe, mas também forma e mobiliza mulheres para a luta por seus direitos, incentivando-as a refletirem criticamente sobre suas realidades e a se engajarem na luta por seus direitos. Assim, no cotidiano da Ocupação Rayana Alves, as mulheres desenvolvem habilidades práticas (por meio, por exemplo, de cursos de capacitação profissional), mas também políticas e existenciais (por meio, por exemplo, de rodas de

conversas e debates), que as capacitam a enfrentar as opressões e a construir um futuro melhor.

## REFERÊNCIAS

CUNHA, L.A. **A universidade crítica**: o ensino superior na república populista. 2 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2000.

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Relatório Visível e Invisível**: a vitimização de mulheres no Brasil. 5ª edição. São Paulo: FBSP, 2025.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação** – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3 ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas, **Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro v. 14, n. 50, p. 27-38, 2006.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal e cultura política**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas de gênero**: indicadores sociais das mulheres no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

A VERDADE. **Movimento Olga Benário intensifica lutas por direitos das mulheres**. Set. 2025. Disponível em: <https://averdade.org.br/2025/07/movimento-olga-benario-intensifica-lutas-por-direitos-das-mulheres/>. Acesso em 10 out. 2025.

MOVIMENTO DE MULHERES OLGA BENÁRIO. **Cartilha do Movimento de Mulheres**. Coordenação Nacional Movimento de Mulheres Olga Benário, 2017.

MURACA, Mariateresa. **Práticas pedagógicas populares, feministas e decoloniais do Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina**: uma etnografia colaborativa. 2015. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

NUNES, Suellen. **Escola Viva em Movimento leva educação ambiental e arte às periferias de Belém.** Um Grau e Meio, 30 jun. 2025. Disponível em: [\[https://www.umgraue.meio.com.br/escola-viva-em-movimento-educacao-ambiental-belem/\]\(https://www.umgraue.meio.com.br/escola-viva-em-movimento-educacao-ambiental-belem/\)](https://www.umgraue.meio.com.br/escola-viva-em-movimento-educacao-ambiental-belem/). Acesso em: 01 de setembro de 2025.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica.** 19 ed. Campinas: Autores Associados, 2013.